

BIBLIOGRAFÍA

ABRAMO, C. W. "Percepções pantanosas. A dificuldade de medir a corrupção". *Novos Estudos* - CEBRAP, nº 73, 2005. Recuperado en: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002005000300003&script=sci_arttext&tlng=pt>.

BECHARA, A. E. L. S.; FUZIGER, R. J. (2013). A política Criminal Brasileira no controle da corrupção da corrupção pública. En: *Estudios sobre la corrupción una reflexión hispano brasileña*. Centro de Estudios Brasileños / Universidad de Salamanca, pp. 303- 319. Recuperado en <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254324/mod_resource/content/1/Estudios%20sobre%20%20corrupci%C3%B3n.pdf>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (2017). *Referencial de combate à fraude e corrupção: aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública*. Recuperado en: <<http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/referencial-de-combate-a-fraude-e-corrupcao.htm>>.

COSTA, N. L. M. (2017). "'Nudge' como abordagem regulatória de prevenção à corrupção pública no Brasil". *Revista de informação legislativa: RIL*, 54(214), 91-111. Recuperado en <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril_v54_n214_p91>.

DURÃO, P. (2015). *Licitación Pública*. Madrid: Ed. Juruá.

GARCIA, E. (2011). *Repressão à corrupção no Brasil: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

SILVEIRA, R. M. J. (2010). "A ideia penal sobre a corrupção no Brasil. Da seletividade pretérita à expansão de horizontes atual". *Revista Brasileira de Ciências Criminas*, v. 89, p. 407-428.

SODRÉI, A. C. de A.; ALVES, M. F. C. (2010). "Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: estudo dos relatórios do programa de fiscalização da Controladoria-Geral da União". *Revista de Administração Contemporânea*. vol.14 n.3 Curitiba, May/June. Recuperado en: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552010000300003&script=sci_arttext&tlng=pt>.